

CARACTERÍSTICAS E CONDICIONANTES DA ESTABILIDADE DE RELAÇÕES DE INTEGRAÇÃO AGRICULTOR- AGROINDÚSTRIA; CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO DA FUMICULTURA NO RS

Vivien Diesel¹
Juliana Scheibler²
Janine Palma³

RESUMO – A presente pesquisa investiga a estabilidade das relações de integração contratual entre produtores familiares e agroindústria na produção de fumo no RS. Parte de uma comparação do comportamento da área plantada no período 1960/1997 em diferentes áreas produtoras, examinando frequência e intensidade das variações. Posteriormente busca compor um modelo explicativo para as diferenças de estabilidade observadas. Neste sentido, investiga o comportamento das áreas produtoras em diferentes conjunturas econômicas para o fumo e propõe a distinção de áreas tradicionalmente produtoras – onde o interesse das agroindústrias, perfil do produtor, especialização do sistema de produção e estrutura institucional contribuiriam para reforçar a estabilidade da produção – de áreas de produção eventual - onde os mencionados fatores reforçam a propensão à instabilidade.

Palavras-chave: agroindústria, agricultura familiar, fumo

INTRODUÇÃO

Nos estados do sul do Brasil a agricultura é exercida majoritariamente por produtores familiares. Como categoria ampla, a agricultura familiar é caracterizada por grande diversidade interna (Lamarche, 1998). Sob o ponto de vista econômico, Brose (1999), seguindo a FAO, distingue produtores familiares consolidados (integrados ao mercado), produtores familiares em transição (que estão inseridos de forma fragilizada no mercado) e produtores familiares de subsistência (caracterizados pela produção para o autoconsumo e venda sazonal da mão-de-obra). Os altos índices de êxodo rural, persistentes nas últimas décadas, evidenciam a fragilidade das formas de inserção econômica de parcela significativa dos produtores familiares nos estados do sul do Brasil.

Uma das formas de viabilizar a inserção produtiva de produtores familiares com pouca terra e capital se faz pelo estabelecimento de relações de integração contratual com a agroindústria, a exemplo da produção de fumo, frango e suínos que se amplia no sul do Brasil desde a década de 70.

Diversos estudos acadêmicos tem tratado de caracterizar e investigar os impactos do estabelecimento das relações de integração sobre a vida dos agricultores.² Muitos destes estudos, sobretudo aqueles publicados na década de 80, apresentam a relação de integração como uma forma de subordinação, causadora de dependência econômica do produtor para com a agroindústria. Divulga-se, assim, um imaginário de agricultor sem autonomia, sem condições para o rompimento das relações de integração, do que deduz-se a tendência à perpetuação

¹ Dr., Prof. Adj. Departamento de Extensão Rural, CCR, UFSM, e-mail: vivien@ccr.ufsm.br

² Bolsista PIBIC/CNPq – Curso de Agronomia CCR, UFSM.

³ Bolsista FIPE/UFSM – Curso de Agronomia CCR, UFSM

² Entre estes, citam-se, por exemplo, Sorj et al (1982) e Paulilo (1990); e, para o caso do fumo: Liedke (1977) e Vogt (1997)

(estabilidade) das relações de integração contratual. Estudos recentes conduzidos por Schejtman et al (1998) e Dirven (1998) permitem compreender os condicionantes da desejabilidade do estabelecimento de relações de integração mas não examinam eventuais diferenças entre áreas produtoras quanto a estabilidade dos contratos.

O presente estudo procura investigar as características das áreas produtoras quanto a estabilidade da produção integrada e formular hipóteses explicativas para o comportamento observado, tomando como referência a produção de fumo no estado do Rio Grande do Sul (RS).

A produção do fumo no estado do RS

Conforme os registros históricos, indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul cultivavam tabaco para autoconsumo (Schaden apud Vogt, 1997). No início do século XIX o Governo Estadual teria buscado a promoção do cultivo sobretudo nas colônias alemãs, estabelecidas a partir de 1824 (Pesavento, 1983). Cunha (1991, p.162), por exemplo, registra que, em Santa Cruz do Sul, a administração local toma medidas de favorecimento do cultivo, ainda no séc. XIX, através de “um rico arsenal de meios administrativos para estimular a produção de fumo.”

A consolidação do cultivo do fumo no estado do Rio Grande do Sul revela-se pela ampla dispersão geográfica do cultivo³ e criação de estabelecimentos de beneficiamento e comercialização do fumo em folha e produtos derivados dele.⁴

A compra da Companhia Sousa Cruz, do Rio de Janeiro, pela British American Tobacco, em 1914, deu início a um processo de oligopolização e internacionalização do setor, que se acentua ao longo do século XX, inclusive no RS.⁵ Junto com as novas empresas, vieram novas variedades e técnicas de cultivo e preparo do fumo em folha. Segundo registros existentes, o interesse em obter matérias-primas dentro de determinados requisitos de qualidade teria levado ao estabelecimento das relações de integração entre agricultor-agroindústria, já nas primeiras décadas do século XX.

Segundo Sousa Cruz (2001)⁶ o crescimento das exportações brasileiras ao longo do séc. XX está relacionado à difusão do consumo de fumos claros, introduzidos na Europa e no resto do mundo pelos soldados norte-americanos durante a 2ª Guerra. A expansão teria sido de tal ordem que, no período de 1940 a 1980, o total anual enviado ao exterior passou de 38,3 mil para 323,4 mil toneladas.

Aos poucos, as empresas que passam a atuar na organização do cultivo, beneficiamento do fumo em folha e fabricação de cigarros no Rio Grande do Sul passam a ser majoritariamente unidades vinculadas a empresas multinacionais. Na área de comercialização de fumo em folha, por exemplo, atualmente destacam-se as unidades associadas a Universal Leaf Tobacco, DIMON e Standard Commercial Corporation - as três maiores comercializadoras de fumo em folha no

³ Segundo Pesavento (1983, p.204), em 1915 as áreas produtoras abrangiam os municípios de Santa Cruz do Sul, Cachoeira, Soledade, Santo Ângelo, Palmeira, São Luís, São Leopoldo, Dom Pedrito, Santo Amaro, Rio Pardo (Candelária), Lajeado e outros de menor porte, em que a área cultivada era inferior a 400 há.

⁴ Os registros permitem Pesavento (1983, p.203) identificar 180 “fábricas” em 1912 orientadas a produção de charutos, cigarros, fumo desfiado, picado ou migado, rapé, mortalhas de papel e palha.

⁵ Segundo Pesavento (1983, p.205) em 1918 a empresa estrangeira instalava-se em Santa Cruz do Sul, RS, com o nome de Brazilian Tobacco Corporation, que, em 1920, passou a denominar-se Companhia Brasileira de Fumo em Folha. O processo de oligopolização e internacionalização do setor é estudado por Liedke (1977)

⁶ Souza Cruz. Fumo do Agricultor ao Consumidor. História: A história social do tabaco. “Você sabe de onde eu venho...” On line. Texto disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/empresa-historia-vocesabe.htm>. Arquivo resgatado em 09/01/2001.

mundo. Na produção de cigarros, destacam-se as unidades da Souza Cruz, associadas, por sua vez, a British American Tobacco (empresa de capital inglês).

Estas empresas, via de regra, estabelecem relações de integração contratual com agricultores para o fornecimento das matérias-primas nos tipos, quantidades e qualidades almejadas. Pela caracterização apresentada pela AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) os produtores integrados na safra 99/00 são produtores familiares que tem em média 17,5 ha de área própria, salientando-se que 25,1% do total dos produtores não tem terra própria (cultivam terras de terceiros) e a maioria dos produtores não teriam condições de permanecer no meio rural caso não estivessem integrados à produção do fumo.⁷ Segundo Souza Cruz (2001):

Apesar das diversas crises econômicas brasileiras das últimas décadas, os cerca de 210 000 produtores de fumo tem conseguido manter-se graças ao manejo racional da terra e da boa rentabilidade que a atividade oferece, mesmo em áreas pequenas. Por seu impacto social, a cultura do fumo é considerada hoje um fator de promoção humana e de manutenção do homem no campo.⁸

A estabilidade dos contratos na produção integrada de fumo no RS

Tomando-se como parâmetro a área plantada no Brasil em 1998 (que totaliza 358 155 ha), verifica-se que o RS, ao plantar 154 958 ha, responde por 43,26% da produção nacional de fumo.⁹ Examinando-se os dados relativos a evolução da área plantada de fumo nos municípios do RS no período de 1960-1997, observa-se que os níveis de produção (área plantada/município) são variados, encontrando-se desde municípios cuja área plantada máxima é inferior a 100 ha até municípios com área plantada superior a 1500 ha, conforme evidenciado na Figura 1.

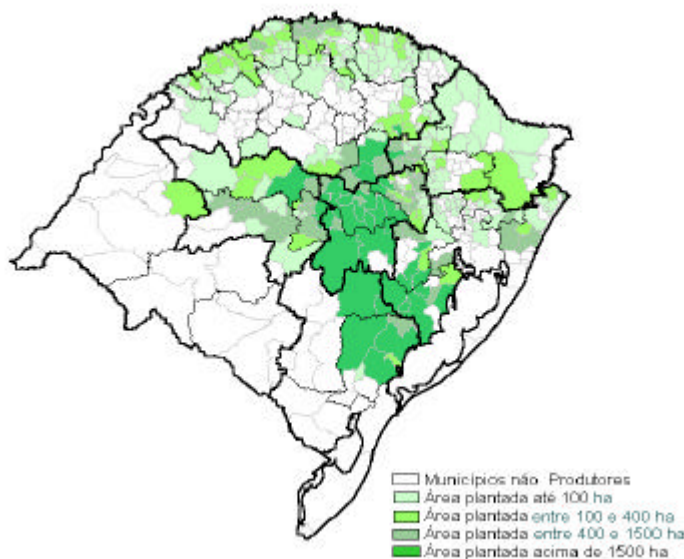


Figura 1. Perfil dos municípios produtores de conforme nível de produção¹⁰

⁷ AFUBRA. Perfil do fumicultor. On line. Texto disponível em: <http://www.afubra.com.br/port/link221.html>. Arquivo resgatado em 10/11/2000.

⁸ Souza Cruz. Fumo do Agricultor ao Consumidor. O Fumo Hoje: Sua Importância no Brasil e no Mundo. On Line. Texto disponível em <http://www.souzacruz.com.br/empresa-perfil-fumohoje.htm>. Arquivo resgatado em 23/03/2001.

⁹ IBGE. Área Plantada (Hectare). Lavoura Temporária Fumo (em folha). On line. Texto disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Arquivo resgatado em 01/03/2001.

¹⁰ Para caracterização do perfil do município tomou-se como referência a área máxima plantada/ano no período 1975 a 1997.

O exame do comportamento da área plantada de fumo em conjunturas de expansão acentuada, expansão moderada, estagnação ou de retração moderada ou acentuada do cultivo, evidencia que, sob uma mesma conjuntura, verifica-se diversidade de comportamentos, seja quanto ao sentido da variação na área plantada (positivo ou negativo), seja quanto à intensidade da variação.

A transição dos anos 91/92, por exemplo, marca uma conjuntura de expansão acentuada da produção, com aumento de 20% na área plantada de fumo no Brasil, observando-se um aumento de 35,95% na área plantada no Paraná, 27,97% na área plantada em Santa Catarina e 25,16% no Rio Grande do Sul.¹¹ Nesta conjuntura, a maioria dos municípios produtores do RS aumentou a área plantada, como evidencia a Figura 2. Na figura, tons de verde indicam aumentos de magnitude variada. Ainda, observam-se casos de manutenção ou mesmo diminuição significativa da área plantada, como no extremo nordeste do estado - onde, na figura, observam-se tons avermelhados.

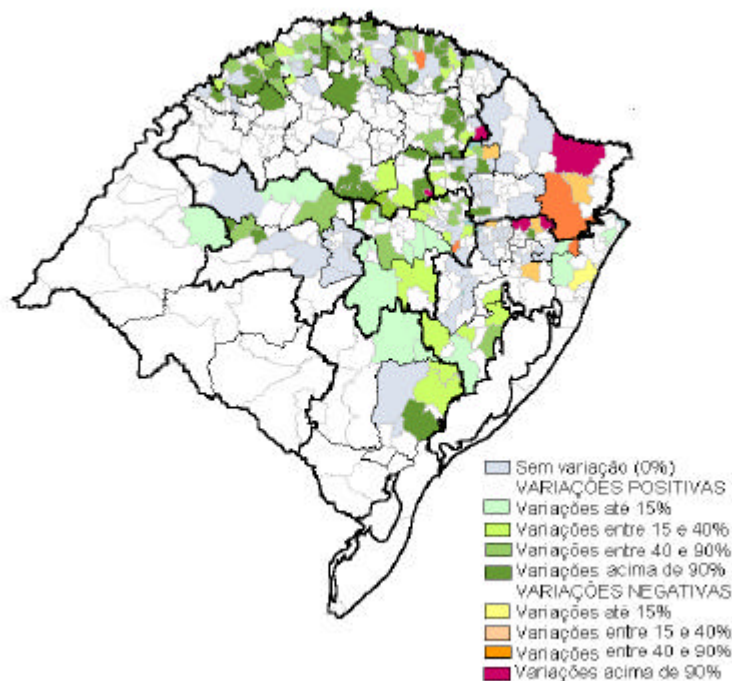


Figura 2. Perfil dos Municípios quanto às variações na área plantada de fumo de 1991 a 1992

Em conjunturas de restrição acentuada do cultivo de fumo, como a observada no período 93/94, a diversidade de comportamentos fica novamente evidente (Figura 3). Enquanto no Brasil a área plantada diminuiu em 14,57%, no Paraná diminuiu apenas 6,57%, em Santa Catarina diminuiu em 24,34% e no RS diminuiu em 16,02%.

¹¹ O fato das taxas dos estados do sul serem superiores à brasileira, indica tendência à concentração da produção na região sul. Dados de evolução da área plantada são obtidos da base SIDRA – IBGE.

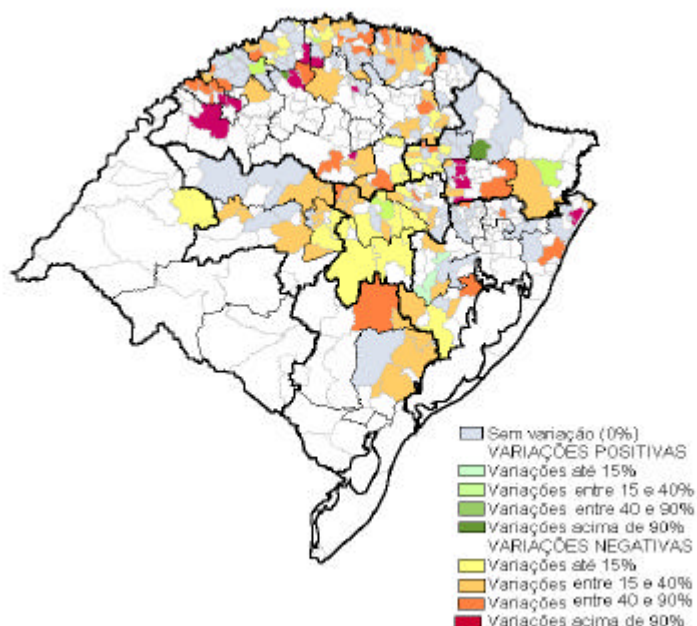


Figura 3. Perfil dos municípios quanto às variações na área plantada de fumo de 1993 a 1994

Dentre os municípios produtores no RS, a maioria apresentou redução na área plantada, mas uma redução em diferentes intensidades. Nesta mesma conjuntura, um número significativo de municípios manteve, em 1994, a mesma área plantada de 1993 (o que está representado em cor cinza) e, em alguns municípios, observam-se aumentos de área plantada (o que está representado em tons de verde). Em conjunturas de aparente estabilidade na área plantada de fumo, como a observada em 1995/1996, a diversidade de comportamentos é ainda mais evidente (Figura 4). Neste período, o RS apresentou uma variação na área plantada de apenas 0,14% o que levaria a supor um predomínio da manutenção, em 1996, da área plantada em 1995.

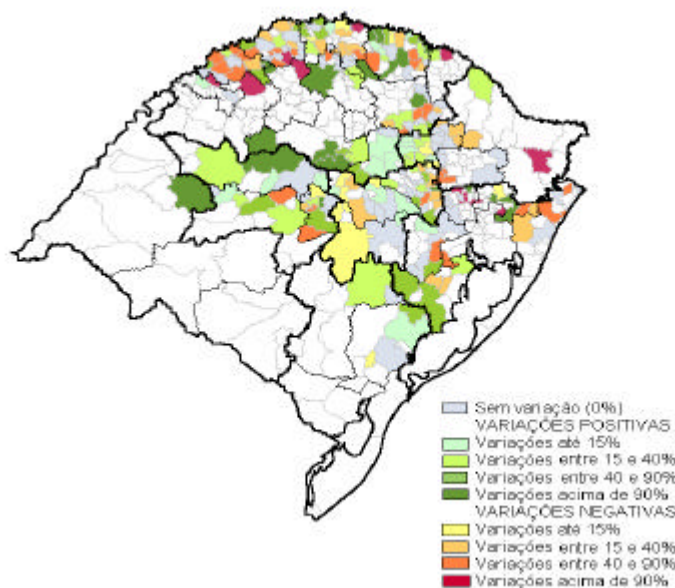


Figura 4. Perfil dos Municípios quanto as variações na área plantada de fumo de 1995 a 1996

A Figura 4, que demonstra o comportamento dos municípios produtores no RS evidencia que, de 1995 para 1996 houveram grandes alterações. Enquanto alguns município reduziram drasticamente a produção (como representado pelos tons avermelhados), outros a incrementaram de maneira significativa (como representado pelos tons em verde). Nestas condições, a manutenção da área plantada total resulta da compensação das diminuições em certos municípios pelo aumento em outros, e não da ausência de variações.

Um corte temporal de 38 anos (1960/1997) evidencia que alguns municípios tem sua realidade produtiva alterada de forma mais drástica e/ou freqüente que outros. Assim, existem municípios em que a área plantada de fumo dobra, triplica ou desaparece de um ano para outro. A Figura 5 apresenta o perfil dos municípios conforme o comportamento observado quanto a intensidade das variações na área plantada de fumo.

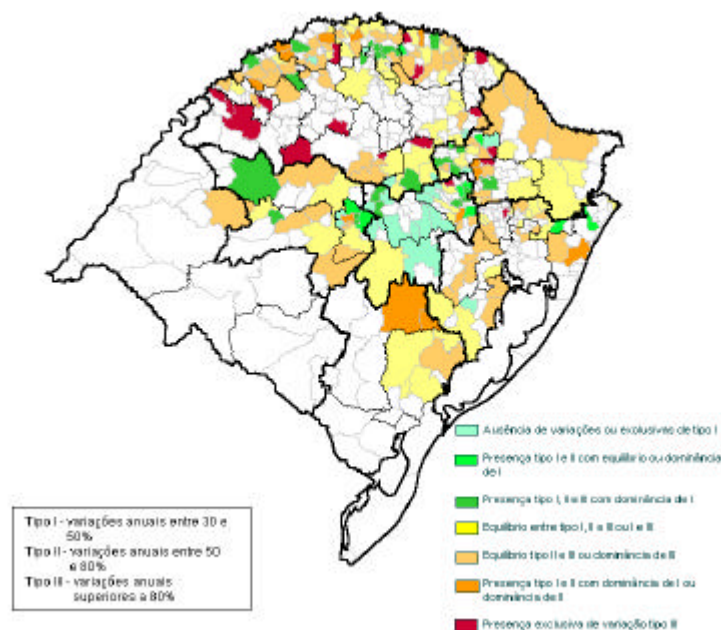


Figura 5. Perfil dos Municípios quanto a Intensidade das Variações na Área Plantada de Fumo (1960-1997)

No que se refere a freqüência de variações na área plantada, considerando-se como significativas as variações superiores a 30%, obtém-se grandes diferenças no perfil dos municípios produtores, como evidencia a Figura 6.

A sobreposição das análises quanto ao nível de produção, freqüência e intensidade de variações na área plantada de fumo levou os autores, em trabalho anterior¹², a propor a distinção de três zonas : zona preferencial - com altos níveis de produção e estabilidade relativa nesta (o que indica tendência à baixa freqüência e dominância de baixa intensidade das variações); zona periférica - com níveis de produção variados e estabilidade precária (tendência a média e alta freqüência e variações de intensidades baixas e altas intercaladas) e zona marginal - com níveis de produção baixos e tendência à baixa freqüência e alta intensidade das variações, o que seria o comportamento típico das áreas incorporadas eventualmente à produção.

¹² Diesel, V.; Silveira, P. R. C. da; Fialho, J. R. D.; Scheibler, J. L.; Palma, J. Raupp, A. Diferenciação espacial do comportamento da produção integrada. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.

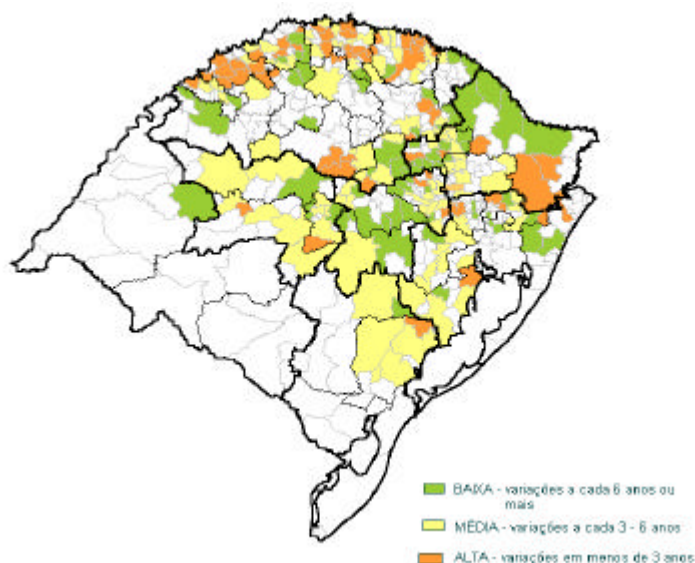


Figura 6. Perfil dos Municípios quanto a Frequência de Variações na Área Plantada de Fumo¹³

Com a caracterização do comportamento da área plantada de fumo nos municípios produtores identificou-se a existência de diferenças de estabilidade da relação de integração contratual entre áreas produtoras. A área onde as relações apresentaram-se com relativa estabilidade demonstrou ser restrita e, geograficamente, situa-se nas proximidades das unidades empresariais ligadas ao setor. Nas demais áreas produtoras identificou-se relativa instabilidade, do que deriva-se a questão: como explicar as diferenças de estabilidade entre as áreas produtoras ? porque em certas áreas as relações de integração contratual não se consolidam ?

Agroindústrias, produtores e a estabilidade dos contratos

Como ponto de partida, pode-se considerar que qualquer avaliação realista aponta para a impossibilidade da estabilidade absoluta, ou seja, da não alteração da área plantada de ano para ano. Tal impossibilidade resulta do reconhecimento que a produção local se faz articulada ao mercado nacional e, sobretudo, internacional. Embora o consumo nacional e mundial apresente uma relativa estagnação, a participação brasileira no mercado mundial tem crescido substantivamente nos últimos anos.¹⁴ A expansão das exportações brasileiras relaciona-se a estratégia de penetração em novos mercados por parte das empresas aqui instaladas¹⁵, de relações de cambio que favorecem a competitividade de produtos brasileiros e fatores outros (como a eventual desestruturação da produção em países concorrentes em virtude de guerra civil, por exemplo).

Outro fator que provoca variações nas áreas produtoras refere-se à composição da demanda em termos de "tipo de fumo". Na caracterização do fumo produzido no Brasil nas

¹³ Referente período 1960/1997

¹⁴ Existem controvérsias nas projeções sobre desempenho futuro do setor fumageiro. Estimativas relativamente otimistas, como a da FAO, falam de um crescimento de 1 a 1,5% ao ano até 2005, enquanto estimativas mais realistas, como a de Ulrich Herter (B.A.T), prevêm relativa estabilidade depois do lento crescimento, de cerca de 0,5% ao ano, verificado na década de 90. O comportamento da produção brasileira de fumo é descrito pela AFUBRA (<http://www.afubra.com.br>. Desempenho do setor fumageiro.)

¹⁵ Observações colhidas a partir da análise das estratégias das principais empresas fumageiras, constantes em suas homepages.

últimas décadas, distinguem-se, genericamente, o fumo tipo Virgínia, tipo Burley, tipo amarelinho, tipo comum e outros. Neste sentido, a participação do fumo Virgínia no total da produção brasileira cresceu de 35,56% em 1976/77 para 71,07% em 1998, o Burley cresceu de 8% na safra 1976/77 para 18,76% na safra 1998. O Amarelinho teve sua participação reduzida de 21,75% do total na safra 1976/77 para 0,02% do total na safra 1998 e o Comum teve sua participação reduzida de 13,31% do total na safra 1976/77 para 1,06% na safra 1998.¹⁶ Para compreender o impacto destas mudanças sobre as áreas produtoras é necessário considerar que cada tipo de fumo pode ter preferências específicas em termos de condições agroecológicas - o que implica uma região produtora no sentido geográfico.

Outro fator relevante na determinação da instabilidade relaciona-se a estratégias econômicas das agroindústrias. Estudos recentes tem demonstrado a necessidade de que as empresas tenham grande flexibilidade para a adaptação em conjunturas altamente dinâmicas no contexto da globalização. Considera-se que, frente as conjunturas, as empresas definem estratégias de adaptação e reforço à competitividade que podem implicar mudanças ao nível da produção de matérias-primas (Martinelli Junior, 1999, Mazzali, 1999). Assim, no âmbito das relações de integração a literatura tem assinalado a tendência a que as empresas selecionem os produtores integrados, segundo um perfil ideal previamente estabelecido. No caso da produção de fumo, evidencia-se um movimento no sentido de favorecer o aumento da escala de produção por produtor integrado.¹⁷ Tal política pode implicar na concentração da produção em um menor número de áreas e, portanto, reestruturação espacial da produção de matérias-primas.

Assim, segundo a conjuntura haveria um diferencial "interesse" da agroindústria numa área geográfica particular considerando sua projeção de expansão/retração da produção, tipo de produto almejado e perfil do produtor, entre outros fatores. Considerando-se que o interesse da empresa agroindustrial é uma condição necessária para o estabelecimento ou ampliação das áreas produtivas sob relações de integração, seria possível explicar a correspondente manutenção, aumento ou redução da área plantada com a referência ao "interesse da agroindústria".

Embora de grande relevância, avalia-se que "o interesse da agroindústria" não constitui um fator suficiente para explicar integralmente os comportamentos das áreas plantadas nos municípios. Neste sentido, é interessante observar que os estudos de caso na fumicultura geralmente tendem a atribuir ao agricultor o protagonismo no rompimento das relações de integração contratual (Dalmora et al. 1999; Riffel et al, 1998; Rodriguez, 1996; Pinheiro, 1992). Esta tese estaria em conformidade com padrões de evolução da área plantada que evidenciam a "opção" pelo cultivo de fumo, eventualmente, em conjunturas de crise dos cultivos tradicionais. Se for aceita a tese do protagonismo do agricultor, haveria necessidade de explicar as diferenças de estabilidade observadas com referência aos interesses dos produtores. Basicamente, haveria de esclarecer-se a questão: havendo identidade nos termos dos contratos para as diferentes áreas produtoras, como explicar as diferenças de estabilidade ? Neste sentido, argumentar-se-á que podem existir, entre as áreas produtoras, diferenças quanto ao retorno do investimento na cultura bem como diferenças com relação à possibilidade da reconversão produtiva.

Quanto a questão do retorno com o investimento no cultivo do fumo haveria de observar-se que os retornos econômicos preconizados pela agroindústria situam-se normalmente em um

¹⁶ Dados providos da AFUBRA: AFUBRA. Produzir o que o mercado exige. Produção Brasileira de Fumo por Tipo. On line. Arquivo disponível em: <http://www.afubra.com.br/port/link232.html>

¹⁷ Conforme dados da AFUBRA haviam 158.980 famílias fumicultoras na safra 97/98 e 134.850 famílias na safra 99/00, Observa-se, ainda, que a área média cultivada com fumo, por propriedade, passou de 2,3 ha em 1996/97 para 2,6 ha por propriedade na safra 1999/2000.

nível crítico para a reprodução da unidade produtiva.¹⁸ Estima-se que os produtores das áreas de maior estabilidade são, por tradição, fumicultores, detendo amplo conhecimento sobre as particularidades técnicas do cultivo e beneficiamento. Tal conhecimento técnico permitiria obter maior produtividade e, sobretudo, melhor classificação do produto o que resulta na maior renda/hectare comparativamente a produtores incorporados eventualmente à produção de fumo.¹⁹ Deve-se considerar ainda que, nas áreas de maior estabilidade, a área plantada de fumo/agricultor é superior²⁰, resultando em maior participação do fumo na geração da renda doméstica ou, o plantio numa escala suficiente à reprodução econômica da unidade produtiva.

Se considerada a interação entre "interesse" da indústria e "condições dos produtores", observa-se a provável conformação de contextos de retroalimentação positiva - que contribuem para maior estabilidade da produção - em áreas tradicionalmente produtoras - e contextos de retroalimentação negativa em áreas de expansão do cultivo.

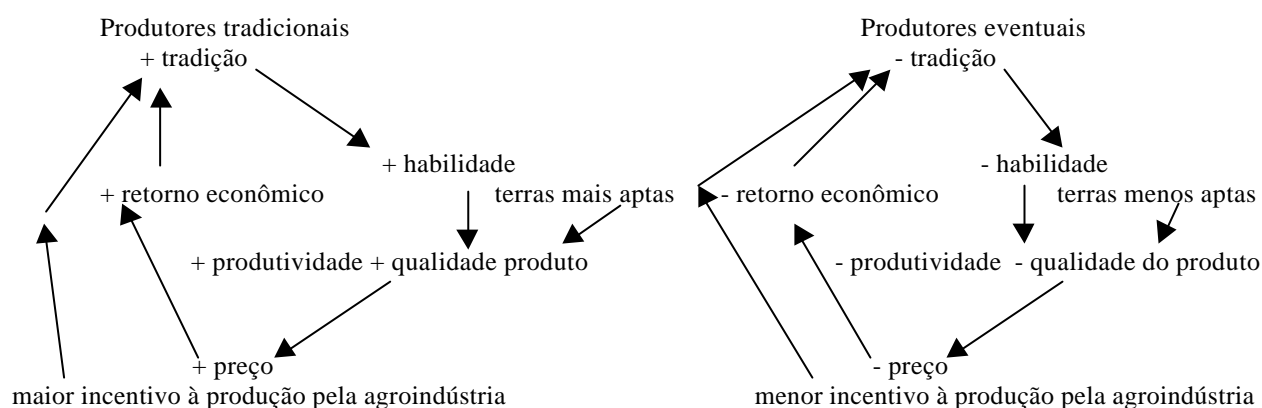


Figura 5.1. Comparação da interação de fatores condicionantes da estabilidade

Além destes fatores, as diferenças quanto a possibilidade de reconversão produtiva contribuem para explicar as diferenças observadas quanto à estabilidade da área plantada. Para compreender a relevância deste fator é necessário considerar três aspectos:

- . que a área plantada de fumo/ unidade produtiva é maior nas áreas de maior estabilidade - indicando maior especialização do sistema de produção e do agricultor²¹;
- . que nas áreas de maior estabilidade há um maior investimento de capital fixo orientado à produção de fumo, ou seja, as áreas de maior estabilidade via de regra são produtoras de fumo tipo Virgínia, que requer secagem em estufa para seu beneficiamento na unidade produtiva, enquanto as áreas de maior instabilidade são produtoras de fumo tipo burley, cuja cura se realiza em galpão - não requerendo, portanto, investimento na construção de estufa; e

¹⁸ O cálculo da renda líquida a partir de dados da AFUBRA, soma R\$ 180,04/ há/mês para o cultivo de fumo tipo Burley e R\$ 239,12 por mês/ha para o cultivo de fumo tipo Virgínia no Brasil.

¹⁹ Conforme Universal Leaf Tabacos, no folheto "Gerenciamento da Cultura de Fumo, Safra 98/99 - Virgínia" a qualidade depende da classificação na qual são consideradas a posição (4 variações), cor da folha (5 variações) e qualidade da folha (3 variações), gerando-se 60 classes com diferenças de preços entre si.

²⁰ Conforme dados AFUBRA nos municípios da região norte do estado, produtora de fumo tipo Burley, a área cultivada por propriedade situa-se em torno de 1 há enquanto em Santa Cruz do Sul alcançou-se 1,74 ha de fumo/ propriedade, no cultivo da variedade Virgínia.

²¹ Com relação aos conhecimentos técnicos sobre cultivos alternativos, inclusive.

. que nas áreas de maior estabilidade há maior densidade do cultivo, resultando numa ocasional especialização no sistema institucional relacionado à agricultura.

Considera-se que a conjugação do conjunto dos fatores considerados levaria a que, em áreas incorporadas eventualmente, o produtor "experimental" o cultivo do fumo em momentos de crise, sem reconverter absolutamente o sistema de produção. A menor probabilidade de retorno econômico satisfatório, o menor comprometimento de seu sistema de produção e da estrutura institucional local levaria à maior probabilidade de abandono do cultivo, caso distinto do que ocorre nas áreas tradicionais - e por isso relativamente especializadas no cultivo. Convém considerar, por fim, que nestes casos, a ocorrência de conjunturas críticas - seja quanto ao valor pago pelo produto ou sob o ponto de vista climático - atuariam não como causas em si, mas como agravantes da instabilidade da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame do comportamento da área plantada de fumo, no período 1960-1997 sob relações de integração contratual, evidencia diferenças quanto a estabilidade da produção. Argumenta-se que estas diferenças observadas resultam da interação da ação de diversos fatores que se inter-relacionam no favorecimento seja da estabilidade ou instabilidade da produção. Propõe-se, neste sentido, distinguir áreas tradicionalmente produtoras onde interesses das agroindústrias, perfil do produtor, especialização do sistema de produção e arranjo institucional contribuiriam para reforçar a estabilidade da produção de áreas eventualmente incorporadas onde interesses das agroindústrias, perfil do produtor, especialização do sistema de produção e arranjo institucional contribuiriam para reforçar a instabilidade da produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROSE, M. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- CUNHA, J. L. da *Os colonos alemães e a fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Livraria e editora da FISC, 1991. 184p.
- DIRVEN, M. As relações de coordenação vertical entre produtores agrícolas e agroindústrias - baseado em sessenta casos estudados na América Latina. *Revista de Política Agrícola*, v.7, n.4, p.11-18, out./dez. 1998.
- LAMARCHE, H. (Coord.) *A Agricultura Familiar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. V.II: Do mito à realidade.
- LIEDKE, E. R. *Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Apresentada ao Dep. De Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília) - Universidade de Brasília, Brasília, 1977.
- MARTINELLI JUNIOR, O. *A Globalização e a Indústria Alimentar*; um estudo a partir das grandes empresas. Marília: UNESP- Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.
- MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: UFSC, 1990. 184p.
- PESAVENTO, S. J. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta, 17)
- PINHEIRO, A M. *Sistema de integração fumageira em Mata - RS: da estufa ao galpão*. Santa Maria: UFSM/ CPGEExR, 1992. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)
- RODRIGUES, A. S. *A Fumicultura e a questão ambiental: o perfil do fumicultor em Restinga Seca, RS*. Santa Maria: UFSM/CPGEExR, 1996. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural - UFSM).
- SCHEJTMAN, A ; DIRVEN, M.; MORALES, C. Agroindustria y pequeña agricultura: experiencias y opciones de transformacion. In: CEPAL/GTZ/FAO. *Agroindustria y pequeña agricultura: vínculos, potencialidades y oportunidades comerciales*. Santiago: ONU, 1998.
- SORJ, B.; POPERMAIER, M. J.; CORADINI, O. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 119p.
- VOGT , O. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS (1849-1993)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.